



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS DE CAMPINA GRANDE - PB
CENTRO DE EDUCAÇÃO - CEDUC
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA**

PABLO RICARDO DA SILVA LEITE

**ENTRE HONRAS E TÍTULOS: BARÕES DA PARAHYBA DO NORTE NO
IMPÉRIO DO BRASIL**

**CAMPINA GRANDE
2018**

PABLO RICARDO DA SILVA LEITE

**ENTRE HONRAS E TÍTULOS: BARÕES DA PARAHYBA DO NORTE NO
IMÉRIO DO BRASIL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentada ao Programa de Graduação em Licenciatura Plena em História da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Graduação em História.

Área de concentração: História Cultural.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana.

**CAMPINA GRANDE
2018**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S231e Leite, Pablo Ricardo da Silva.
Entre honras e títulos [manuscrito] : barões da Paraíba do Norte no império do Brasil / Pablo Ricardo da Silva Leite. - 2018.
38 p.
Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Educação, 2018.
"Orientação : Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana , Departamento de História - CEDUC."
1. História da Paraíba . 2. Brasil império. 3. Nobreza . I.
Título
21. ed. CDD 981.33

PABLO RICARDO DA SILVA LEITE

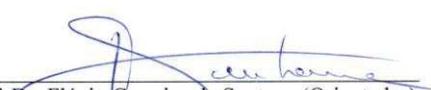
ENTRE HONRAS E TÍTULOS: OS BARÕES DA PARAÍHYBA DO NORTE NO
IMPÉRIO DO BRASIL

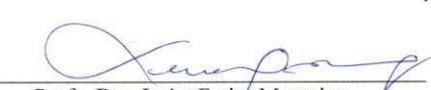
Artigo, apresentado ao Programa
Graduação em Licenciatura Plena em
História da Universidade Estadual da
Paraíba, como requisito parcial à
obtenção do título de graduação em
História.

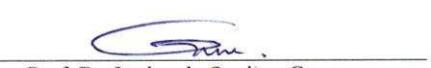
Área de concentração: História Cultural.

Aprovada em: 06/12/2018.

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Flávio Carreiro de Santana (Orientador)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Profa. Dra. Luíra Freire Monteiro
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)


Prof. Dr. Iordan de Queiroz Gomes
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

A minha mãe e meu pai, que nunca me deixam esquecer o valor da educação, DEDICO.

AGRADECIMENTOS

Ao senhor bom Deus, que permite todas as coisas.

À Ana Paula, querida mãe, e Fábio, querido pai, que nunca me faltaram com os cuidados, atenção, zelo, incentivo e carinho.

À Marília, Henrique e Flávio, pela cumplicidade própria dos irmãos.

À André e Hugo, sobrinhos que tornam as coisas mais divertidas.

A todo o restante da minha família, que por ser gigante não caberia nesse espaço, mais no qual sou absolutamente grato pelo carinho e apoio de todos.

Aos amigos e colegas de graduação, com quem dividi sacrifícios e gargalhadas, me ajudando a concluir essa jornada.

Aos professores membros da banca examinadora pela disponibilidade: Professor Dr. Iordan Queiroz Gomes, que teve relevante participação nesse trabalho, ao ministrar o componente curricular de Projeto de Pesquisa. E a Professora Dra. Luíra Freire Monteiro, cuja a competência e dedicação enquanto historiadora e professora é uma grande referência.

A meu orientador, Dr. Flávio Carreiro, pela a amizade, pelas risadas, pela generosidade, pelas caronas e por me dá à luz e o Norte deste trabalho.

“Lembrando-se do significado que possuía o nome e das elevadas e profundas ressonâncias que possuem as expressões como “adquirir um nome”, “ganhar nomeada”, etc. O homem célebre o homem “importante”, o homem que passa à história, é um indivíduo cujo o nome todos conhecem: o título de nobreza viria consagrar, dar ênfase, fixar esta situação nova. (TÔRRES, 1964, p. 383).

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 SOCIEDADE DE CORTE	11
3 A NOBREZA BRASILEIRA	12
3.1 A Nobreza no Período Joanino	13
3.2 A Nobreza Brasileira no Primeiro Reinado	15
3.3 A Nobreza Brasileira no Segundo Reinado	17
4 A NOBREZA PARAIBANA	19
4.1 D. Pedro II na Paraíba.....	19
4.2 Barão com Grandeza de Mamanguape	21
4.2.1 <i>Carmen Freire, a Baronesa de Mamanguape</i>	23
4.3 Barão de Maráu	24
4.4 Barão de Araruna	26
4.5 Barão do Abiahy	29
CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	35

ENTRE HONRAS E TÍTULO: BARÕES DA PARAHYBA DO NORTE NO IMPÉRIO DO BRASIL

Pablo Ricardo da Silva Leite¹

RESUMO

A nobreza era uma ordem social que, ao teatralizar seus gestos e exibir luxo, tinha o objetivo de ditar costumes, definir regras, condenar ou afirmar comportamentos. Dessa forma, buscava se diferenciar dos demais grupos sociais. Ao chegar ao Brasil, D. João VI teve que adicionar a sua corte, transferida para os trópicos, novos elementos. Para cooptar apoio político, utilizou do expediente de agraciar com títulos de nobreza aqueles que possuíam poder econômico e político, uma estratégia mantida por D. Pedro I e D. Pedro II. Inserido nessa lógica, dispomos de relatos biográficos dos Barões de Mamanguape, de Maruá, de Araruna e do Abiahy, vinculados a Província da Parahyba do Norte, para, a partir desses relatos, compreender aspectos da lógica da titulação e alguns elementos das relações de poder na Paraíba do século XIX.

Palavras-Chaves: Barão, Império, Nobreza, Paraíba.

1 INTRODUÇÃO

A Monarquia foi o primeiro modelo de governo que tivemos, durando desde a Independência (1822) até a Proclamação da República (1889). O Brasil imperial foi herança direta de Portugal, a Pátria mãe, que exerceu sob seus domínios na América o poder régio durante o período colonial; causou transformações na sociedade carioca, sendo o destino da fuga do Príncipe Regente e de sua corte em 1808, com quem compusemos um Reino Unido, e de onde nasceu além-mar o nosso primeiro Imperador, D. Pedro I.

No Brasil, D. João VI estava em posição conflitiva, pois tinha que acomodar e administrar duas elites: a portuguesa, nobre, porém decadente, como o próprio país; e a elite brasileira, endinheirada pelos produtos agrícolas de exportação e pelo tráfico de escravos, entretanto, sem a civilidade e refinamento dos europeus. A partir daí o Príncipe Regente deu início a uma prática não aplicada em terras lusitanas, mas que nos trópicos vigorou, e quando seus efeitos se mostravam obsoletos, coincidiu com o fim do período monárquico: a troca de títulos de nobreza por apoio político.

A Constituição de 1824, que vigorou durante Império, atribuía ao poder executivo, que tinha como chefe o Imperador, a distribuição das honrarias e titulações,

¹ Graduando em História – UEPB. Membro do Núcleo de Pesquisa e Extensão em História Local - NUPEHL

como uma forma de recompensar os cidadãos por seus bons serviços prestados ao Estado. Tal artimanha foi também utilizada por D. Pedro I, no momento que muitos temiam um desmembramento territorial e o republicanismo no país, as nobilitações garantiu certa fidelidade à monarquia. Não diferente com D. Pedro II que, em momentos de crise no sistema, foi notado um aumento na titulação, especialmente para baronatos, uma estratégia política e socialmente distintiva para acalmar e garantir o controle sobre o proprietário rural, em períodos instáveis.

A Província da Parahyba do Norte possuiu quatro agraciados com o título de barão durante o Império: Flávio Clementino da Silva Freire, Barão de Mamanguape; José Teixeira de Vasconcelos, Barão de Maraú; Estêvão José da Rocha, Barão de Araruna; e Silvino Elvídio Carneiro da Cunha, Barão do Abiahy. Através de descrições biográficas desses titulados paraibanos buscamos compreender alguns indícios que o fizeram merecedores desses títulos, vislumbrando alguns fundamentos por trás dos critérios do governo imperial na distribuição de títulos de nobreza.

Compondo os paraibanos que integraram o seletto grupo de nobres brasileiro, está o Visconde de Cavalcante, Diogo Velho Cavalcante de Albuquerque, não descrito no atual trabalho, que foi recortado apenas para aqueles nobilitados com baronato.

No século XIX, pela influência da Filosofia da História e do Positivismo, História e biografia praticamente não se distinguem. Essa última não recebe sequer qualquer alcunha, pois, escrever história é registrar a vida de reis, príncipes, governadores, generais, ou seja, todos que deveriam ser glorificados, como também sua pátria e sua nacionalidade. No século XX a biografia é malvista entre historiadores. Considerada conservadora ou *demodé*, deveria ser uma prática evitada, representante de uma fazer história ultrapassado.

A partir da década de 1980 fala-se do “retorno” da biografia. A volta do gênero pode ter sido influenciada pela as novas abordagens de outras disciplinas como a Sociologia e a Antropologia que, na década de 1970, apegam-se ao conceito de “história da vida”². Nesse período, renomados historiadores laçam mão do gênero como caminho para uma averiguação mais ampla do passado: Le Goff (1996)³ biografou São Luiz; Duby

² BORGES, Vavy. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla. (Org.). Fontes históricas. 2º. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p. 205.

³ LE GOFF, Jacques. São Luís. Rio de Janeiro: Record, 1999.

(1983)⁴ narra a vida De Guilherme Marechal; e Hill (1970)⁵ descreve a trajetória de Oliver Cromwell.

Mesmo que esse trabalho não se enquadre no gênero de biografia, utilizamos o mesmo princípio do novo fazer biográfico. As descrições das vidas dos paraibanos agraciados com título de Barão não aparecem com a intenção de exaltar tais personagens históricos, mais surgem como indícios pelo qual podemos compreender alguns aspectos da Paraíba do século XIX, mais precisamente as dinâmicas do poder político, valores que são reproduzidos, discursos que são retratados, ritos que são encenados.

2 SOCIEDADE DE CORTE

O luxo que a corte do Antigo Regime ostentava não era simplesmente uma exibição supérflua de um consumismo irracional. O luxo era uma das formas que dava a unidade a essa classe e os distinguia dos demais grupos sociais. Essa distinção fazia-se presente em todos os aspectos da vida dos cortesões: da moradia às vestes, da etiqueta ao idioma corretamente falado⁶. O poder simbólico e o caráter teatral estampados nos gestos dos nobres podem revelar um objetivo de dominação do poder político, preservando a estrutura do Absolutismo e a posição privilegiado na Sociedade de Corte⁷.

A nobreza se configurava como a segunda ordem social, formando um corpo constituído. Eram detentores de privilégios jurídicos, e os membros deste seletivo grupo tinham a consciência do seu lugar na sociedade, uma maneira de ser, e buscavam conservá-lo transmitindo de forma hereditária. Na França, existia uma Nobreza de espada, parcialmente formada pelos detentores dos altos cargos militares, e supostamente tinham como virtude a generosidade, a coragem e a honra. Existia também a Nobreza togada, constituída pelos ocupantes de importantes cargos do governo, da justiça e das finanças, homens letrados ou legistas.

⁴ DUBY, Georges. Guilherme Marechal: ou o melhor cavaleiro do mundo. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

⁵ HILL, Christopher. O eleito de Deus. São Paulo: Companhia das letras, 2001.

⁶ Ver ELIAS, Norbert. A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

⁷ SCHWARCZ, Lilia. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: companhia das Letras, 1998.p. 252-253.

A sociedade de corte pode ser entendida como um órgão de representação do Antigo Regime, ou seja, ditava costumes, definia regras, condenava ou firmava comportamentos, que eram seguidos pelos demais sujeitos do Estado. Em alguma medida a corte do rei francês Luiz XIV serviu de modelo para as demais cortes europeias dos séculos seguintes. Alicerçado no modelo patriarcal que vigorou durante a Idade Média, a corte do Rei Sol era a extensão da sua própria casa, onde tomava soberanamente as decisões. Dessa forma, o restante do país era a própria extensão da sua corte, portanto, o Estado pode ser entendido como uma grande propriedade no qual o rei tinha a palavra absoluta.

A autoridade do rei estava além de sua herança genética, de uma linhagem nobre. Estava também no caráter místico do seu corpo sagrado. Os dois corpos do Rei garantiam a sujeição dos súditos, pois o corpo natural seria forte, belo e saudável, muito superior aos súditos. O corpo mítico seria imortal, um corpo político, onde ele e seus súditos formavam uma só unidade, sendo o soberano a cabeça e o coração, com a função de manter todos unidos. Diferente do corpo físico, o corpo místico não se sujeitaria a paixões ou a morte. Um corpo perpétuo, imaterial, que se sucede através de corpos mortais.

O corpo sagrado era visto representado em alguns poucos momentos: “Os grandes rituais, a sagração, a sessão solene do parlamento e o funeral (...)”⁸. Quando não houve mais distinção entre os dois corpos, e o rei passou a ser o próprio Estado em todos os momentos de sua vida, não por coincidência ocorreu a ascensão do Absolutismo:

O rei é a manifestação viva da existência e do poder do Estado em cada um dos momentos de sua vida: o menos de instantes designa o todo. Sem dúvida, é isso que dá este sentido tão particular a etiqueta e aos rituais que cercam o monarca clássico, esse valor do código físico que excede de longe a simples vontade da distinção. O porte, a elegância, o desenrolar de cada dia ritualizado do começo ao fim, são um modo de fazer a coisa pública que torna o Estado visível e atuante, muito além da simples reverência devida ao poderoso. (VIGARELLO, 2008, p. 520)

A existência de um monarca, pela natureza do sistema, exige a presença de uma corte, ou seja, de um grupo de pessoas, no caso de nobres, que ritualizam cada um de seus gestos para se distinguirem dos outros grupos sociais, e muito mais que isso, para incorporarem o próprio Estado.

⁸ VIGARELLO, George. O corpo do rei. In: história do corpo. 2. Ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 520.

3 - A NOBREZA BRASILEIRA

3.1 A NOBREZA NO PERÍODO JOANINO

A turbulência causada por Napoleão Bonaparte por toda Europa, no início do século XIX⁹, impulsionou a ação de um plano já a muito tempo estudado por Portugal. A ideia de enviar um príncipe para sua mais poderosa colônia na América, com intuito de salvaguardar a dinastia Bragança de possíveis desventuras, foi aplicada para a realização do traslado de toda a família real, junto com boa parte de sua corte, cerca de 15 mil pessoas.

A América portuguesa, colônia da metrópole do Velho Mundo por trezentos anos, estava longe de assegurar o conforto que seus novos e nobres moradores estavam acostumados. Estabelecido como produtor agrícola, voltada para exportação e sustentada pela mão de obra escrava, o Brasil não possuía centros urbanos sofisticados ou modernos, com modestas ressalvas ao Rio de Janeiro, Salvador, São Luiz e Ouro Preto, “centros onde a agricultura exportadora e o ouro tinham deixado sua marca”¹⁰.

Portugal já não era uma potência econômica como na Era das grandes navegações, como quando colonizou parte da América e de outras partes do mundo. Já há tempos o Brasil era sua principal fonte de riqueza e sustentação¹¹. Ao desembarcar em terras tropicais, por um lado se tinha súditos da América com poder econômico, porém, sem educação, sofisticação e refinamento, atributos que portugueses não se rogaram em dissimular em terras além-mar.

Diferente da francesa, onde a nobreza era oriunda de proprietários de terras, a nobreza portuguesa foi estabelecida a partir da coragem demonstrada durante batalhas militares, no século XII¹². A partir do século XVIII, Portugal aderiu ao modelo de títulos de nobreza correntes na Europa continental: o duque, condutor das tropas; o marquês, que marca e protege os limites do reino; o conde que governa o condado, assessor do soberano; o visconde que substitui o conde no governo do condado, e o barão que combate com valentia junto ao rei¹³. Com o passar do tempo, a função militar

⁹ As Guerras Napoleônicas ocorreram de 1803 até 1815. Uma série de conflitos entre o Império francês, liderado por Napoleão Bonaparte, contra uma série de alianças de nações europeias.

¹⁰ Ver: PRIORI, Mary. VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2010. p. 153.

¹¹ Ver: LIGHT, Kenneth. A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2008. p. 20.

¹² SCHWARCZ, Lília. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: companhia das Letras, 1998. p. 253.

¹³ IDEM. p. 256.

que representava os títulos foi sendo preterida por uma significação de disputa de hierarquia na corte¹⁴.

A maior parte da historiografia credits que o Príncipe Regente de Portugal em 1808, quando a corte portuguesa desembarcou em terras tropicais, D. João, utilizou do seu poder de nomeação de títulos de nobreza para cooptar, em troca de favores econômicos e controle político, a elite do Brasil. Oliveira (2013) possui um entendimento diferente a respeito. Analisando os dados, observa que enquanto os brasileiros recebiam cargos para o exército e postos administrativos, os portugueses eram quem recebiam nobilitações, sendo uma estratégia para reforçar o império luso-brasileiro.

A preocupação de D. João VI era dupla, tanto para agradar os nascidos na América, a quem devia favores, quando aos nobres do Velho Mundo, com quem cruzou o Atlântico. A tensão entre os dois grupos favoreceu o centralismo das decisões na mão do regente. Segundo PIORE & VENANCIO (2010, p. 159):

(...) não deixar a Corte portuguesa chegar a um grau de decadência ameaçador, pois seu desaparecimento comprometeria sua própria existência e significância para sua função. Era, contudo, preciso dominar a velha aristocracia emigrada, destituída, no Brasil, de cargos administrativos ou militares. D. João consolidou, então, um sistema fundado na desigualdade e codificou pela hierarquia, fazendo as diferenças parecerem “naturais”, chanceladas que estavam pela sua presença física na Colônia. Entre um grupo e outro o monarca manobrava.

Durante os treze anos que D. João permaneceu no Brasil, primeiro como Regente e depois como Rei, concedeu um total de 120 títulos de nobreza: vinte e cinco barões, trinta e um viscondes, quarenta e nove condes, doze marqueses e três duques¹⁵. Se compararmos com a frequência que esses títulos eram concedidos antes da fuga para o Brasil - do século XII ao XVIII, Portugal tinha agraciado dezesseis marqueses, vinte e seis condes, oito viscondes e quatro barões¹⁶ - podemos perceber a elevação do número de agraciamentos, entendendo tal prática como uma forma de agregar influência e apoio dos súditos de além e aquém-mar.

¹⁴ SCHWARCZ, Lilia. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 257.

¹⁵ OLIVEIRA, Marina Garcia de. Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo. 2013. p. 11.

¹⁶ GOMES, Laurentino. 1808: com uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta encanaram Napoleão e mudaram a história de Brasil e Portugal. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007. p. 177.

O Príncipe Regente soube “domar o proprietário rural” com os “dourados honoríficos, nobilitadores e inúteis”, nas palavras de Faoro (2001), que contabilizou as ordens honoríficas agraciadas por D. João VI: 2.630 cavaleiros, comendadores e grã-cruzes de Cristo; 1.422 das Ordens de São Bento de Avis e 590 de Santiago.¹⁷

O monarca estendia seus domínios e estreitava laços com os seus súditos da América, estimulando o culto em torno da sua personalidade, através de ritos seculares. Em público, desde os festejos em comemoração à sua chega ao Rio de Janeiro, até “bodas, aniversários e enterros, luminárias, foguetórios e pompas fúnebres por ele descritas, constituíam-se claramente num pacto social (...)”¹⁸. Propriedades do absolutismo, como aparições teatralizadas do rei, reforçando a ideia que ele e o reino se confundem: “nessas circunstâncias de festas públicas, o Rei orava, regozijava-se, ria e chorava, irmanando com seus súditos e funcionando como instrumento de causa própria”¹⁹.

3.2 A NOBREZA BRASILEIRA NO PRIMEIRO REINADO

Em 1820 é deflagrada a Revolução Liberal do Porto, que entre outras exigências, reivindicava retorno do soberano a sua terra materna. Também determinavam, por parte do rei, a assinatura e a obediência a uma constituição, o que colocou um fim ao sistema absolutista que vigorava no Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. D. João VI voltou a atravessar o Atlântico, em 1821, só que dessa vez em sentido contrário, a contragosto. Prevendo que os novos acontecimentos poderiam acarretar uma possível cisão do Brasil com sua antiga metrópole, dispôs seu herdeiro como regente no Rio de Janeiro.

As elites locais se dividiram sobre qual autoridade central se subordinariam: uma parte entendia que teriam mais poder em suas regiões se submeter-se a uma constituição liberal, portanto, obedecendo ao poder político oriundo de Portugal; enquanto a outra parte da elite brasileira temia que uma maior autonomia para as províncias poderia acarretar em uma fragmentação do território. Em vista disso, defendiam um poder central forte no Rio de Janeiro, comandado por D. Pedro. Para continuar o processo de

¹⁷ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro. Globo, 2001. p. 308.

¹⁸ PRIORI, Mary. VENANCIO, Renato. Uma breve história do Brasil. São Paulo: Editora Planeta, 2010. p.158.

¹⁹ IDEM p. 158.

civilização dos portugueses e manter a importância política e econômica que, enquanto colônia e reino unido, o Brasil já exercia, a manutenção do território foi entendida como fundamental para a jovem nação:

Logo, a manutenção dos limites do império brasileiro, cujo dilatação de seu território lhe conferia força de representação política junto aos outros países ocidentais, pode ser também projetada dentro da perspectiva civilizacional. Assegurar os mesmos contornos do antigo império luso-brasileiro para o nascente Brasil era traduzir a demonstração da integridade do seu povo, evocando os princípios de ordem e coesão, imprimindo certo nacionalismo inexistente ou pouco comum a realidade brasileira, posto que buscava a unidade de uma identidade nacional (SANTANA, 2014, p. 114)²⁰.

Diversas restrições impostas diretamente de Lisboa, diminuindo as atribuições encarregada ao Rio de Janeiro, portanto ao Príncipe, foram tomadas, até que, em dezembro de 1821, tornou-se público o decreto que continha a imposição da volta de D. Pedro à Portugal. O “fisco” do Príncipe ocorreu no dia 9 de janeiro de 1822 até que em 7 de setembro do mesmo ano proclamou a independência e rompeu relações com a pátria-mãe²¹.

A constituição de 1824, que vigorou até o final do Império, em 1889, garantia ao poder executivo, que tinha o imperador como chefe, o direito de nobilitação. D. Pedro, primeiro Imperador do Brasil, repetiu a estratégia política do seu pai e antecessor, em utilizar do direito de conceder graças honoríficas para angariar apoio político. Durante todo o Primeiro Reinado (1822 a 1831), D. Pedro I distribuiu, no total, 150 distinções, a sua grande maioria para políticos num total de 96.²²

Diferente da forma que se praticava nas monarquias europeias, incluído a portuguesa, na Constituição de 1824, os títulos de nobreza não tinham o caráter hereditário: “ O Império, conscientemente, não foi um governo de castas: procurava, juridicamente, ser a organização política de toda comunidade, e não um instrumento de domínio de uma classe sobre as outras”, analisou Tôrres (1964)²³. A Constituição, de forma subjetiva, apenas normatizava: “ em recompensa aos serviços feitos ao Estado”²⁴.

²⁰ SANTANA, Flávio Carreiro de. Majestosa educação: família e civilidade no Segundo Reinado do Brasil (1840-1889). Coimbra, 2014. Tese (Doutorado em história). Universidade de Coimbra, 2014.

²¹ Ver: NEVES, Lúcia. Estado e política na independência. In: SALLES, Ricardo. Grinberg, Keila. (org.). O Brasil Imperial: Vol. I 1808-1831. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2009. p. 97-136.

²² OLIVEIRA, Marina Garcia de. Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo. 2013. p.15.

²³ TÔRRES, João Camilo de Oliveira. A democracia coroada: teoria política do império do Brasil. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1964. p. 382.

²⁴ IDEM. p. 384.

Os nobres brasileiros tiveram restrições de vários outros privilégios, comuns a outras cortes:

(...) inserida em uma monarquia constitucional, as características desses títulos eram singulares e marcadamente diferentes dos títulos do Antigo Regime: estavam restritos, apenas, ao tempo de vida dos agraciados, dependendo de uma nova concessão para serem transmitidos para as gerações seguintes; não tinha isenção de impostos, nem assentamentos ou qualquer outro privilégio financeiro; não ganhavam automaticamente assento no Senado, não prevendo tampouco a reserva em outros cargos públicos, burocráticos ou militares; finalmente, os titulados do Império não contavam com privilégios judiciais. (OLIVEIRA, 2016, p. 19)²⁵.

Além de políticos - pessoas que ocupavam cargos públicos ou pertencentes a administração do Estado – ou filhos de políticos, D. Pedro I agraciou também com títulos de nobreza pessoas que estavam ligados a monarquia ou que desempenhavam alguma função na corte, e até mesmo pessoas que eram próximo do imperador ou da família²⁶. Indivíduos que exerceram função na corte como: dama do paço²⁷, dama da imperatriz²⁸, veador²⁹, reposteiro-mor³⁰, camarista³¹ do imperador. Sujeitos com quem o imperador manteve vínculo afetivo: com a amante Domitila³², que a fez marquesa. Homens que se destacaram na carreira militar e alguns poucos negociantes de destaques³³, também foram nobilitados.

Um novo Império independente acarretou a necessidade de uma nova corte e uma nova nobreza. D. Pedro I agraciou com a carta de mercês aqueles que, sobretudo, poderiam lhe garantir apoio para governar, dando sustentação ao Império nascente. Os ideais liberais minaram o prestígio do Absolutismo, abrindo caminho para os “representantes” do povo tomarem lugares na administração do Estado. Por meio da nobilitação, o imperador cooptou lideranças políticas que tinham ambições republicanas, e prestigiou aqueles que enxergavam na monarquia a forma de preservar a unidade territorial da jovem nação.

3.3 A NOBREZA BRASILEIRA NO SEGUNDO REINADO

²⁵ OLIVEIRA, Jéssica Manfrin de. Entre “grandes” e titulares: os padrões de nomeação do segundo reinado, 2016. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2016. p. 19.

²⁶ OLIVEIRA, Marina Garcia de. Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo. 2013. p 136.

²⁷ Ibidem. P.137

²⁸ Ibidem p. 137

²⁹ Ibidem p. 139

³⁰ Ibidem p. 137

³¹ Ibidem p. 137

³² Ibidem p. 139

³³ Ibidem p. 139

Suspensa a distribuição das Cartas de Mercês durante o Período Regencial (1831 – 1840), a prática de titulação foi tradição mantida pelo segundo imperador brasileiro. Os momentos de maior crise enfrentada pela monarquia era também o de maior oferecimento de títulos de nobreza, não por coincidência. Segundo SCHWARCZ (1998, p. 272): “ Em épocas de crise a entrega de uma concessão ou de um novo título podia funcionar em dois sentidos: compensar descontentamentos, e ajudava a recuperar as finanças do Estado”. Podendo-se entender que o governo imperial manipulava a entrega de títulos para fins de apoio político.

A nomeação de títulos de nobreza ajudava as finanças de Estado, pois não era de forma gratuita outorgada a concessão de graças honorífica:

As cartas de mercês para títulos de tratamento custavam pequenas fortunas: para usufruir o título de duque: 2:450\$000 (dois contos e quatrocentos e cinquenta mil réis). De marques 2:020\$000. Conde, visconde e barão com grandeza 1:575\$000; visconde 1:025\$000; barão 750\$000. Uma carta de barão de armas custava 170\$00. Também se pagava pelo título de Conselho e pelos tratamentos de Excelência e Senhoria. Além disso, gastos adicionais, com papéis e tramitações, ultrapassava por vezes o preço do próprio selo [...]” (SCHWARCZ, 1998, p. 267).

Foi nos momentos finais da monarquia que se intensificou a prática de distribuição de título de nobreza. No total, D. Pedro II ofertou, entre títulos e honrarias, o montante de 1.133 títulos - contabilizando a elevação de títulos de alguns agraciados como por exemplo: um barão que se torna visconde³⁴ - o que dá uma média de 22,7 agraciamentos ao ano³⁵. Para compreendermos a distribuição das nobilitações como forma de angariar apoio político com intuito de garantir a sobrevivência da monarquia, só entre 1888 e 1889, 155 baronatos sem grandeza foram criados³⁶.

Esses títulos de baronato sem grandeza, que era o mais baixo na hierarquia da nobreza, foram entregues, sobretudo, para proprietários rurais, com a intensão de refrear os ânimos, agitados contra a monarquia, entre outras coisas, pela abolição da escravidão. CARVALHO (2008) verifica que nos anos de 1871 (Lei do Ventre Livre), 1885 (Lei do Sexagenário) e 1888 (Lei Áurea) percebe-se um significado aumento na

³⁴ Ver: Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, p. 369-370. Manuel Marques do Santos, fez “brilhantíssima” carreira militar, sendo agraciado com elevações de títulos de nobreza: em 1852 tornou-se barão com grandeza, em 1858 visconde com grandeza e em 1868 conde de Porto Alegre.

³⁵ Jéssica Manfrin de OLIVEIRA, *Entre “grandes” e titulares: os padrões de nomeação do segundo reinado*, 2016. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2016. p. 15.

³⁶ SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: companhia das Letras, 1998. p. 271.

distribuição de nobilitação para barões³⁷. Estratégica política “de aparência ingênua” e classificado como “instrumento obsoleto”, no entendimento de FAORO (2001), os títulos de barão não significavam, como outrora, poder político, prestígio simbólicos ou representava tamanha influência, sendo apenas peça de ostentação, de uma estrutura que ruía, ameaçada pelo ideal republicano.

Pode-se classificar em dois grupos os títulos de nobreza: aqueles que possuíam honras de grandeza, e os que não possuíam. Condados, marqueses e ducados carregavam, de forma automática em seus títulos tal qualificação. Se juntam a esse grupo também os barões e visconde com grandeza. Em um segundo grupo: baronato e viscondado sem grandeza. O primeiro grupo portava a possibilidade de acesso a corte e ao soberano³⁸.

Durante o longo reinado de D. Pedro II, observou-se que a titulação se deu de forma difusa e extensa. Foram agraciados membros de diversas categorias: militares, presidentes e vice-presidentes de províncias, funcionários do corpo diplomático, burocratas da estrutura do estado, funcionários da corte, políticos, fazendeiros, negociantes, capitalistas, proprietários, entre outros³⁹. Destaca-se também, outros elementos, que parecem acrescentar outros contornos à corte brasileira, para além da uma rede de estrutura para apoio administrativo, financeiro e política:

Profissionais liberais, alguns poucos negros (como o barão da Tijuca), ainda menos indígenas (como o barão de Guapi), artistas e literatos do círculo do monarca faziam da corte um grupo de amigos diletos - uma imagem de civilidade. (SCHWARCZ, 1998, p. 298).

A nobreza brasileira se caracterizava pela sua forma honorífica, ou seja, seus títulos de nobreza não possuíam valor hereditário, como corrente em monarquias tradicionais europeias, e junto com os títulos, a custo de um bom montante de recursos, não sustentava privilégios formais como cargos políticos ou vantagens jurídicas. Porém, a honraria concedia prestígio na sociedade, pois os integrantes do seletto grupo eram reconhecidos como ocupantes de lugares de poder na sociedade brasileira do século XIX. Reconhecimento garantido pelo o Imperador, chefe do executivo, poder que tinha a prerrogativa em distribuir a carta de mercê, que em troca manteve e ampliou a corte, necessária para existência do próprio Império.

³⁷ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 257.

³⁸ Jéssica Manfrin de OLIVEIRA, Entre “grandes” e titulares: os padrões de nomeação do segundo reinado, 2016. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2016. p. 36-37.

³⁹ IDEM p. 39.

4 A NOBREZA PARAIBANA

4.1 D. PEDRO II NA PARAÍBA

No ano de 1859, o imperador D. Pedro II decidiu visitar algumas províncias ao Norte do Brasil, com o intuito de melhor inteirar-se do seu Império, e com disposição de promover melhoramento moral e material, conforme o mesmo relatou, em sua fala no dia 11 de setembro do mesmo ano, na sessão imperial do encerramento da Assembleia Geral:

Para melhor conhecer as províncias do meu Império, cujos melhoramentos mais e materiais são alvo dos meus constantes desejos, e dos esforços do meu governo, decidi visitar as que ficam ao norte do Rio de Janeiro, sentido que a estreiteza do tempo que mede este as sessões legislativa me obriguem a percorrer somente as províncias do Espírito-Santo, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco e Parahyba, reservando a visita das outras para mais tarde. [ANAIS DO SENADO]⁴⁰

Junto com a Imperatriz, D. Teresa Cristina, e grande comitiva, que contava com nobres, funcionários da corte, oficiais de gabinete, conselheiros, ministros e militares; D. Pedro embarcou no vapor APA, - tendo como esquadra a Fragata Amazonas, a Corveta Paraense, e a Canhoneira Belmonte - no dia 1º de outubro, em destino às províncias, virgens aos olhos do imperador⁴¹.

Para além das motivações oficiais, podemos obter outras intenções nos itinerários do imperador pelo país. Em 1845, os estados de São Paulo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina⁴² foram honrados com a visita do soberano. Em 1847, foi a vez das províncias fluminenses⁴³. Já vimos que em 1859, um novo conjunto de províncias ao norte do império, incluído a Parahyba do Norte, seria visitada pelo monarca. A partida da corte, a recepção em cada nova cidade, se repetia uma série de celebração à pessoa do Augusto Imperador, e por consequência, à monarquia.

O presidente da província da Parahyba do Norte, Ambrósio Leitão da Cunha, recebeu o ofício comunicando a visita o Imperador no dia 12 de agosto de 1859⁴⁴. A partir de então teve início uma série preparativos para o recebimento dos ilustres

⁴⁰ ANAIS do senado. Disponível em: <https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp>

⁴¹ Ver: SOUSA, Pinto de. Memórias de viagem de SS. Majestades imperiais as províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santos. Rio de Janeiro: Pinto de Sousa, 1861. p. 19.

⁴² SCHWARCZ, Lília. As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 533.

⁴³ IDEM. p.533.

⁴⁴ Ver: ALMEIDA, Maurílio Augusto de. Presença de d. Pedro II na Paraíba. Mousinho Artefato de papel, Recife, 1975. p. 43.

hóspedes. Reformas e aquisição de novas mobílias para aperfeiçoamento dos alojamentos onde ficaria o monarca: em “O palácio da presidência da Paraíba [que] funcionava no antigo Colégio dos Jesuítas [...]” (ALMEIDA, p. 43. 1975). As vias por onde D. Pedro percorreria passaram por consertos e limpeza, assim como as casas dessas ruas. Castiçais das igrejas e particulares foram polidos. Militares tiveram suas fardas e armas inspecionadas. Paradas militares foram apresentadas em homenagem ao cortejo imperial. Três arcos foram confeccionados em celebração a presença do célebre governante.

As despesas de todo os preparativos foram maiores que os recursos concedidos pelo Imperador. Coube ao presidente da província recorrer à aristocracia rural da Paraíba para custear os gastos adicionais. E foi da aristocracia rural que surgiram os quatro barões da província. Dois deles receberam a graça dos seus títulos apenas três meses após cortejarem o soberano em terras paraibanas: Flávio Clementino da Silva Freire, o Barão com grandeza de Mamanguape; e José Teixeira de Vasconcelos, o Barão de Maraú.

4.2 BARÃO COM GRANDEZA DE MAMANGUAPE

D. Pedro II desembarcou no Forte de Cabedelo no dia 24 de dezembro de 1859, dando início a uma extensa programação, até o dia de sua partida, no dia 30 do mesmo mês. Já acertada anteriormente, o soberano faria visitas as algumas localidades de maior relevância, na região litorânea. Em 27 de dezembro, uma comitiva liderada pelo Imperador partiu da capital para uma das localidades mais ricas do período: Mamanguape, “[...] a mais próspera, rica e aristocrática da Província, depois da Capital”. (ALMEIDA, p. 94, 1975).

A prosperidade dos grandes proprietários de Mamanguape estendia sua influência na política local. Atores políticos de relevante importância nos desígnios da província ocuparam cargos de influência nacional, como o senador Frederico de Almeida e Albuquerque⁴⁵ - no município, o imperador se hospedou na residência do sobrinho do senador, Francisco Antônio de Almeida e Albuquerque.

⁴⁵ Foi senador de 1857 a 1879. Presidente da província da Parahyba do Norte em cinco oportunidades: 4 de abril a 8 de maio de 1851, de 8 de outubro a 22 de outubro de 1853, de 24 de outubro de 1870 a 13 de abril de 1871, de 17 de outubro de 1871 a 23 de abril de 1872. Foi presidente da província do Piauí de 1 de dezembro 1855 a 8 de outubro de 1856. Presidente da província do Pernambuco de 5 de novembro de

Flávio Clementino da Silva Freire, nasceu em 21 de agosto de 1816. Formou-se bacharel em direito na Faculdade de Olinda. Teve uma longa e acentuada carreira política, ocupando vários cargos na esfera provincial e na esfera imperial: duas vezes Deputado Geral⁴⁶ e Deputado Provincial. Foi vice-presidente da província da Parahyba do Norte, quando ocupou o cargo de presidência por quatro oportunidades durante o impedimento dos presidentes⁴⁷. Foi senador do Império, nomeado em 1869. E presidente da Parahyba do Norte no ano de 1873.

Quando a visita do Imperador, o futuro Barão exercia o cargo de 1º vice-presidente da província. Em 5 de dezembro, o presidente Ambrósio Leitão solicitou a Flávio Clementino da Silva Freire que o mesmo hospedasse em sua casa o Ministro do Império, em Mamanguape, pois já se sabia da passagem de D. Pedro pela cidade, assim como a tarefa de conseguir cavalos para servir à comitiva imperial⁴⁸.

Podemos perceber que, se por um lado o Imperador utilizava seus rituais para imprimir seus símbolos através de gestos, imagens, valores, etc. – havia um esforço de tantos para a manutenção de tal estrutura. Para além do intenso de conhecer parte de seu reinado onde nunca esteve, o imperador se afirmava como soberano desses novos lugares até então desconhecidos, distantes da corte. E, para manter-se no imaginário popular como representante maior da monarquia, contava com um sistema de apoio que beneficiava tanto o soberano, quanto as lideranças provinciais com quem colaborava, em benefício mútuo.

Importante fazendeiro⁴⁹ da província, ocupante de cargos políticos de destaque, valoroso ao receber D. Pedro II em sua passagem na Província da Parahyba do Norte, (de 25 a 30 de dezembro de 1859), Flávio Clementino da Silva Freire foi feito Barão de Mamanguape em 13 de março de 1860⁵⁰. Maurílio Augusto de Almeida, em seu livro *Presença de D. Pedro II na Paraíba* (1975), lista uma série de pessoas que receberam condecorações por “reconhecimento prestado durante sua visita e estada na Paraíba”. Além de agradecer com um outro baronato para José Teixeira de Vasconcelos (Barão de

1869 a 16 de abril de 1870. Presidente da província do Maranhão de 2 de fevereiro a 7 de dezembro de 1876.

⁴⁶ Ver: Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, p. 269.

⁴⁷ Ver: ALMEIDA, Maurílio Augusto de. *Presença de d. Pedro II na Paraíba*. Mousinho Artefato de papel, Recife, 1975. p. 111.

⁴⁸ IDEM. p. 57.

⁴⁹ Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, p. 269.

⁵⁰ MOYA, Salvador. *Anuário genealógico brasileiro*. Ano III. São Paulo: Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, 1941. p. 143.

Maraú) concedeu ordens honoríficas. Com a Imperial Ordem da Rosa, o autor lista seis comendadores (incluído dois senadores e dois coronéis), 22 oficiais e 36 cavaleiros. Com a Ordem de Cristo: quatro comendadores e 25 cavaleiros.

No mesmo 14 de março de 1860, dada de aniversário da Imperatriz, o decreto imperial concede uma série de graças honoríficas a moradores ou residentes da província da Bahia, uma das províncias visitadas pelo cortejo imperial. Nota-se que os números de agraciados e o nível hierárquicos das graças honoríficas são mais generosas a favor da província baiana, deixando claro o tamanho e a importância política de cada província: títulos de veador e damas da Casa Imperial são concedidos; títulos de marquês, conde, barão com grandeza, barão, honras de grandeza e título de conselho foram distribuídos. Honrarias das Ordem da Rosa e Ordem de Cristo foram concedidas, mais também da Ordem do Cruzeiro e da Ordem de Avis⁵¹.

Ao mesmo tempo que retribuía de forma agradecida, por meio de honrarias, aos cortejos recebido em sua passagem, D. Pedro reforçava a própria monarquia, angariando novos membros e os dotando de poder simbólico. Títulos e honrarias, ao mesmo tempo que elevava os agraciados a um grupo seleto de titulados, ao escolher expoentes políticos, econômicos e sociais, os selecionados reforçavam a própria monarquia, estabelecendo reconhecimento e legitimidade perante a sociedade.

4.2.1 CARMEN FREIRE, A BARONESA DE MAMANGUAPE

Carmen Freire nasceu no Rio de Janeiro, em 2 de março de 1855⁵². Casou-se com o Barão de Mamanguape aos 14 anos de idade, quando este exercia o cargo de senador do Império⁵³. Nobre, a baronesa consorte era também escritora. Teve uma educação não muito comum para uma mulher do Brasil do século XIX. Além da literatura, dedicou-se aos estudos naturalistas. De 1888, até sua precoce morte aos 36 anos, em 1891, dedicou-se à literatura, sobretudo à poesia, tendo alguns de seus poemas publicados em vários jornais do Brasil e em Portugal⁵⁴.

⁵¹ Ver: SOUSA, Pinto de. Memórias de viagem de SS. Majestades imperiais as províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espírito Santos. Rio de Janeiro: Pinto de Sousa, 1861.p. 209-212.

⁵² BLAKE, Sacramento. Dicionario Bibliographico Brasileiro. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893. p. 93.

⁵³ IDEM. p. 93.

⁵⁴ Ibidem, p. 93.

Vários escritores contemporâneos admiravam sua obra, tais como: Francisco Otaviano, o Visconde de Taunay e Guimarães Passos⁵⁵. “[...] A maioral das poetisas brasileiras, S. Ex. A baronesa de Mamanguape”⁵⁶, nas palavras de Olavo Bilac. “Chegou a abrir um salão literário, onde os saraus eram bem frequentados, mas a crise econômica que atingiu a família obrigou-a a fechá-lo” (SCHUMAHER, BRAZIL. 2000, p. 118)⁵⁷.

A crise financeira que atingiu a família chegou no fim da vida do Barão e da Baronesa, e com a monarquia já findada. Flávio Clementino da Silva Freire faleceu em 26 de agosto de 1900. Antes, presenciou as últimas tentativas de sobrevivência da monarquia, tendo seu título elevado de Barão para Barão com Honras de Grandeza, por decreto do dia 16 de maio de 1888⁵⁸, manobra que tentava apaziguar os proprietários rurais descontentes com a monarquia, devido as medidas abolicionistas.

4.3 BARÃO DE MARAÚ

No dia 26 de dezembro de 1859, um dia após a chegada a província da Parahyba do Norte e um dia antes de apresentar-se em Mamanguape, D. Pedro II e sua comitiva imperial foi conhecer outro importante município da região: Pilar. Diferente do que ocorreu em sua recepção no porto de Cabedelo e na capital da província, e o que se verificaria em Mamanguape no dia seguinte, não houve recepção festiva, homenagens, decoração, celebração em consagração ao Imperador.

Em Pilar, o Presidente da Província passou pelo vexame de nada encontrar preparado para a visita imperial. A Câmara havia recebido três meses atrás sua ordem para aprontar a casa da Câmara onde devia hospedar-se D. Pedro II. Para isso, foi-lhe paga a importância de um conto de réis. Mas não se fez nada, encontrando-se a casa suja e sem móveis condignos. (ALMEIDA, 1975, p.89).

Antes de chegar a Pilar, a comitiva imperial e D. Pedro II, que saíram do Paço, na capital, as 4 horas da manhã, tomaram café no Engenho São João, propriedade de

⁵⁵ SCHUMAHER, Maria. BRAZIL, Erico. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 118.

⁵⁶ FREIRE, Carmen. Visões e Sombras. Rio de Janeiro, 1897. p. 25.

⁵⁷ SCHUMAHER, Maria. BRAZIL, Erico. Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade. Biográfico e ilustrado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. p. 118.

⁵⁸ Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, Archivo Nobiliachico Brasileiro. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, p. 269.

José Teixeira de Vasconcelos, futuro Barão de Maraú. E almoçaram no Engenho Maraú, pertencentes aos frades de São Bento⁵⁹.

José Teixeira de Vasconcelos foi feito Barão de Maraú no mesmo dia de 14 de março de 1860. Mas esse não foi o único título que ostentava. “Era Oficial da Ordem da Rosa, Cavaleiro de Cristo e Comandante Superior da Guarda Nacional” (RAMOS, 2009, p. 4). Foi casado com Francisca Antonieta Monteiro da Franca, filha do Capitão Mó e ex-presidente da província, Francisco Xavier Monteiro da Franca⁶⁰. Marcante no século XIX, o casamento entre aristocratas, era uma das formas das famílias de manterem seu poderio financeiro e sua influência social e política, através da instituição do casamento.

Nascido, possivelmente, no atual município conhecido como Santa Rita, em 1798, ao falecer com 75 anos, em 29 de abril de 1873, deixou em seu testamento muitas posses para seus herdeiros. Entre eles 9 engenhos, incluído o São João, onde foi “[...] servido na casa grande o café da manhã [...]”⁶¹ para D. Pedro II e a sua comitiva. 44 escravos, 3 sítios, 3 sobrados, duas casas, um chão, e um solar, na capital. Ainda 2 casas em Santa Rita⁶².

Não se absteve da vida política e “administrou sua província natal na qualidade de Vice-Presidente em 1867, prestando reais serviços”⁶³. Se os títulos nobiliárquicos no Brasil não eram transmitidos como herança, destituído de valor hereditário, a tradição militar foi seguida por seus filhos. O genealogista Adalto Ramos lista, em seu *Testamento do Barão e da Baronesa de Maraú*, os seus 11 filhos e filhas no qual dois foram tenente coronel (Luiz Francisco de Vasconcelos⁶⁴ e Antônio Teixeira de Vasconcelos⁶⁵), e quatro de suas filhas casaram com militares: Adriana Benedicta de Vasconcelos⁶⁶ (casada com o Major Victorino Pereira Maia Filho), Josepha Antoniêta de Vasconcelos⁶⁷ (casada com o Coronel Claudino Rodolpho do Rego Barros), Silvana

⁵⁹ Ver: ALMEIDA, Maurilio Augusto de. Presença de d. Pedro II na Paraíba. Mousinho Artefato de papel, Recife, 1975. p. 88-89.

⁶⁰ RAMOS, Adalto. Testamento do barão e da baronesa de Maraú. João Pessoa: Copiadora Espaço PB Cópias, 2009.p. 4.

⁶¹ IDEM, p. 7.

⁶² Ibidem, p. 6.

⁶³ Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, Archivo Nobiliachico Brasileiro. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, p. 276.

⁶⁴ RAMOS, Adalto. Testamento do barão e da baronesa de Maraú. João Pessoa: Copiadora Espaço PB Cópias, 2009.p 4.

⁶⁵ IDEM, p 4.

⁶⁶ Ibidem, p 4.

⁶⁷ Ibidem, p 5.

Antoniêta de Vasconcelos⁶⁸ (casada com o Major Antônio Xavier Monteiro da Franca) e Maria Clara de Vasconcelos⁶⁹ (casada com o Capitão Francisco Bernardo de Seixas Machado).

Homem de posses, militar graduado e político que ocupou cargo de relevância na província, José Teixeira de Vasconcelos, ao ser agraciado com o título nobiliárquico de barão, se distinguiu ainda mais perante a sociedade paraibana, inclusive entre os membros da aristocracia rural. Ao se tornar titulado, o Barão de Maraú passa a ser representante da coroa na Parahyba do Norte, fortalecendo poder político para a monarquia e para si mesmo.

O poder do imperador só se sustentava pela natureza do sistema monárquico, com a existência de uma corte, restrita aos limites da capital Rio de Janeiro, e de uma rede de apoios de titulados espalhados pelo restante do país. O baronato, mais baixo dos títulos nobiliárquico, foi lançado como estratégia de angariar apoio e controlar politicamente o proprietário rural. Ao viajar pelo Norte do Império, D. Pedro II parece ter alargado essa rede de apoio, ampliando a sustentação da monarquia. Em seu diário de viagens o Imperador observou os bens de José Teixeira de Vasconcelos, quando tomou café da manhã no engenho São João:

Engenho de Stº Amaro – descida do mesmo onde o Pedro Chaves levou o tiro dado do lado esquerdo da ribanceira estrada. Riacho Tibiri. Engenho Tibiri. Sta. Rita, engenho Santo André, Outeiro e S. João, Todos de José Teixeira de Vasconcelos, chegando ao último as 5 ½. É de água e faz 2 mil sacos ou 10.000 arrobas por ano com 30 escravos de campo, muito boa água para beber. (ALMEIDA, 1975, p. 91).

D. Pedro II e D. Teresa Cristina, após cinco dias nesta província, partiram da Parahyba, no dia 30 de dezembro de 1859, na embarcação APA, acenando para a multidão que se aglomerava para se despedir. Cumprindo o objetivo de ter trilhado região de seu reino até então desconhecido pelo Imperador, entre celebrações e cortejos, entre futuros honrados com graças honoríficas e barões titulados, outro possível objetivo do Imperador pode ser sido cumprido: a tentativa de fortalecer a monarquia.

4.4 BARÃO DE ARARUNA

⁶⁸ Ibidem, p 5.

⁶⁹ Ibidem, p 5.

Estêvão José da Rocha foi descendente de duas tradicionais famílias do interior paraibano. Dos Arruda Câmara, de Pombal, por parte da mãe, e dos Ferreira da Macedo, de Picuí, por via paterna⁷⁰. Nasceu no ano de 1805, no então distrito de Pedra Lavrada, na época pertencente ao município de Cuité⁷¹. Foi casado com Maria Madalena das Dores, com quem teve 11 filhos⁷².

Foi militar, alcançado o posto de Coronel da Guarda Nacional⁷³. Como o Barão de Maraú, alguns de seus rebentos⁷⁴ ou seguiram o pai na carreira militar, ou se casaram com oficiais militares. O primogênito, João Clementino da Rocha⁷⁵, foi Tenente Coronel da Guarda da Vila de Cuité, Antônio Alves da Rocha⁷⁶ e Enéas Nomeriano da Rocha⁷⁷, chegaram a Tenente da Guarda Nacional. Ana Conceição Ferreira da Rocha⁷⁸ foi casada com o Capitão João Antônio Ferreira da Rocha, que também foi deputado provincial. Maria Madalena Alves de Jesus⁷⁹ casou-se com o Major Antônio Candido Taumaturgo de Farias.

Empregar-se em um cargo da Guarda Nacional pode ser entendido como representação de influência na política local, uma vez que cabia ao Presidente da Província a indicação de oficiais inferiores⁸⁰. Tais cargos serem desempenhados por expoentes políticos, e por seus filhos, revela o prestígio dessas ocupações durante o Segundo Reinado.

Politicamente não exerceu cargos na estrutura provincial, não sendo deputado ou presidente. Todavia, foi importante líder regional dentro do Partido Conservador. Na cidade de Bananeiras ocupou uma série de cargos, onde permaneceu muito rapidamente em todos eles, pois “[...] não lhe era do agrado qualquer ocupação burocrática ou sedentária”⁸¹. Foi Comissário da Instrução Pública da Vila de Bananeiras, chefiou a

⁷⁰ ALMEIDA, Maurílio. O barão de Araruna e sua prole. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978. p. 23.

⁷¹ Ibidem, p. 25.

⁷² Ibidem, p. 26.

⁷³ Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCXVIII, p. 57.

⁷⁴ Ver: ALMEIDA, Maurílio. O barão de Araruna e sua prole. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978. p. 33-35: Outras duas filhas de Estêvão José da Rocha tornaram-se freiras, Antônia da Piedade de Maria Ibiapina, e Felismina Maria dos Santos Peregrina Ibiapina, de apelido Formiguinha, foi a segunda Madre Superior da Casa de Caridade de Santa Fé.

⁷⁵ Ibidem, p. 26.

⁷⁶ Ibidem, p. 27.

⁷⁷ Ibidem, p. 28.

⁷⁸ Ibidem, p. 29.

⁷⁹ Ibidem, p. 35.

⁸⁰ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 123.

⁸¹ : ALMEIDA, Maurílio. O barão de Araruna e sua prole. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978. p. 43.

Mesa de Rendas de Bananeiras, Juiz Municipal do Órfãos e Juiz de Direito⁸², mesmo não tendo devida formação.

O Barão de Araruna desfrutou pouco do título de nobreza, tendo falecido apenas três anos após o agraciamento, em 30 de março de 1874⁸³. Em seu testamento podemos encontrar os bens deixados por Estêvão José da Rocha para seus filhos: a principal propriedade, Jardim, onde se encontrava casa de moradia, casa de engenho, engenho, motor e prensa. Continuava com quatros sortes de terras; 4 casas; 119 cabeças de gado, 13 cavalos, 12 éguas, 4 potros, duzentos e cinquenta e seis oitavas de prata e treze escravos⁸⁴.

Em 17 de maio de 1871⁸⁵ foi decretado o título de Barão de Araruna para Estêvão José da Rocha, assinado pela Princesa Isabel. Transcrevo, abaixo, a carta enviada ao recém nobilitado, datada de 3 de junho de 1871:

A Princesa Imperial Regente, em nome do Imperador, o Sr. Pedro II, faz saber aos que esta Carta virem que, atendendo aos relevantes serviços que tem prestado Estêvão José da Rocha, da Província da Paraíba do Norte, querendo distingui-lo e honra-lo, há por bem fazer-lhe mercê do Título de Barão de Araruna. E quer e manda que o dito Estêvão José da Rocha daqui por diante se chame Barão de Araruna e com o proferido Título goze de todas as honras, privilégios, e isenções, liberdade e fraquezas que hão e tem e de que se usa e sempre usaram ao Barões, e que de direito lhe pertence. E por firmeza de tudo o que dito é, lhe mandou dar esta Carta, por ela assinada e selada com selo das Armas Imperiais. Dada no Palácio do Rio de Janeiro, em 3 de junho de 1871, quinquagésimo da independência e do Império. Princesa Isabel Regente e João Alfredo Correia de Oliveira. Carta pelo qual Vossa Majestade Imperial há por bem fazer mercê a Estêvão José da Rocha por Título de Barão de Araruna, como acima declara. Para vossa Majestade Imperial ver. (ALMEIDA, 1978. p. 51-52).

De competência do poder executivo e apenas com a exigência constitucional para nobilitação de serviços prestado ao Estado⁸⁶, a carta supracitada não detalha quais são esses serviços, portanto, quais verdadeiras motivações para a titulação de Estêvão José da Rocha. A carta é assinada pela Princesa Isabel, regente na ausência do

⁸² Ibidem, p. 41.

⁸³ MOYA, Salvador. Anuário genealógico brasileiro. Ano I. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939. p. 77.

⁸⁴ ALMEIDA, Maurílio. O barão de Araruna e sua prole. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978. p. 56-57.

⁸⁵ MOYA, Salvador. Anuário genealógico brasileiro. Ano I. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939. p. 77.

⁸⁶ TÔRRES, João Camilo de Oliveira. A democracia coroada: teoria política do império do Brasil. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1964. p. 384.

Imperador, e pelo Ministro do Império, João Alfredo Correia de Oliveira, este, figura importante do Partido Conservador, natural do Pernambuco.

Pertenciam, ambos, a mesma agremiação política, sendo Estêvão José da Rocha um importante líder do Partido Conservador na Província da Parahyba do Norte⁸⁷, e João Alfredo Correia de Oliveira, Ministro dos Negócios, na época da titulação. Podemos compreender, portanto, que o baronato, agraciado ao paraibano, esteve relacionado as dinâmicas da política partidária, para além do requisito costumeiro de ser relevante proprietário rural provincial.

CARVALHO (2008)⁸⁸ observou que nos anos em que as leis abolicionistas eram aprovadas, houve aumento na titulação para baronato, como uma política de compensação aos fazendeiros, exploradores da mão de obra cativa. Em 1871, quando Estêvão José da Rocha tornou-se titulado do Império, foi promulgada a Lei do Ventre Livre, que assegurava a liberdade a todos os filhos de escravas nascidos a partir da promulgação.

A troca de títulos de nobreza por apoio político foi prática durante todo o período monárquico, e método utilizado pelo Ministro João Alfredo Correia de Oliveira, nos últimos momentos da monarquia brasileira, como evidencia FAORO (2001)⁸⁹:

O Império não se sustenta sobre o povo na faixa da população sem poder econômico, sem altos empregos e sem chefias partidárias. Volta-se aos gabinetes da hora derradeira da monarquia para seus sustentáculos tradicionais, cortejando-os com os títulos nobiliárquicos. João Alfredo concedeu 129 títulos – 84 de barões, 33 de viscondes, 7 de conde e 5 de marquês. Entre os barões o marechal Severino, irmão de Deodoro, transformado em barão de Alagoas, título cogitado para o próprio proclamador da república.

Se podemos entender que o título de nobreza para o Barão de Araruna se deu por finalidade política, neste caso com a intenção de fortalecer seu partido na província – compreendendo, portanto, que a graça honorífica possuía significativo poder político, pelo menos até os últimos anos de Império – é devido ao fato da prática ser norma desde anterior a independência, tendo D. João VI nobilitado seus súditos na América em

⁸⁷ ALMEIDA, Maurílio. O barão de Araruna e sua prole. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978. p. 39.

⁸⁸ CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p. 257.

⁸⁹ FAORO, Raymundo. Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro. Globo, 2001. p. 582-583.

quantidade elevada, em comparação com a mesmo expediente historicamente aplicada em Portugal⁹⁰.

4.5 BARÃO DO ABIAHY

Silvino Elvídio Carneiro da Cunha foi duas vezes Vice-Presidente da Província da Parahyba do Norte (1868 e 1885), quando assumiu provisoriamente duas vezes a presidência⁹¹. Foi nomeado, pelo gabinete imperial, Presidente efetivo das províncias: da Parahyba (1873-1876), do Rio Grande do Norte (1870)⁹², de Alagoas (1872)⁹³ e do Maranhão (1873)⁹⁴, tendo recusado ainda o comando do Ceará e do Pará⁹⁵. Nos levando a concluir que integrou, indo ao encontro com a pesquisa de Murilo de Carvalho, parte de um clube, formada pela elite nacional, de funcionários públicos que ocuparam o comando político do Império.

Manteve diálogos, através de correspondência, com figuras notáveis da monarquia, tais como: “Visconde do Uruguai, Marquês de São Vicente, Visconde do Rio Branco, Duque de Caxias, Barão de Cotegipe, João Alfredo, Correia de Oliveira, Ribeiro da Luz, Ferreira Viana, Andrade Figueiredo, Visconde de Cavalcante[...]”⁹⁶. De acordo com Balila Palmeira (1986, p.45), em *Barão do Abiahy, Sua Vida, Sua Obra, Seus Descendentes*, o tema da Abolição da Escravatura estava sempre presente, sendo uma preocupação de Silvino Elvídio Carneiro da Cunha.

Nascido em 31 de agosto de 1831⁹⁷, no município de Alhandra, formou-se Bacharel em direito pela Faculdade de Olinda em 1853⁹⁸. Antes de presidir várias províncias pelo norte do Brasil, desempenhou uma série de funções públicas em sua terra natal: Deputado Provincial de 1855 até 1870, Delegado de Polícia, Promotor Público, Secretário de Governo, Diretor da Instrução Pública, Procurador Fiscal da

⁹⁰ SANTANA, Flávio Carneiro de. Majestosa educação: família e civilidade no Segundo Reinado do Brasil (1840-1889). Coimbra, 2014. Tese (Doutorado em história). Universidade de Coimbra, 2014. p. 120–121.

⁹¹ PALMEIRA, Balila. Barão do Abiahy, sua vida, sua prole, seus descendentes. João Pessoa, 1986. p. 27.

⁹² Ibidem, p. 29.

⁹³ Ibidem, p. 31.

⁹⁴ Ibidem, p. 33.

⁹⁵ Ibidem, p. 33.

⁹⁶ Ibidem, p. 45.

⁹⁷ MOYA, Salvador. Anuário genealógico brasileiro. Ano I. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939. p. 30.

⁹⁸ Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCXXVIII, p. 25.

Fazenda. Também prestou seus serviços como Inspetor das Alfandegas da Parahyba, Manaus e Maranhão.

A família Carneiro da Cunha exerceu uma poderosa influência na política paraibana, durante quase todo o século XIX. Foram fundadores do Partido Conservador na província em 1837, e em 1880, ainda comandavam o partido, tendo Silvano Elvídio Carneiro da Cunha um de seus principais dirigentes. Em *Gente Opuenta e de Boa Linhagem: Família, Política e Poder na Paraíba (1817-1824)*⁹⁹, Serioja Mariano retrata as estratégias de grupos familiares com objetivo de se perpetuarem no poder, destacado os Carneiro da Cunha como uma dessas famílias que buscavam a dominação do poder político.

O controle político se reflete nas graças e honras que o poder imperial, reconhecendo a ascendência sobre a província, concedia, e reforçava tal poderio, concomitantemente que legitimava a própria a monarquia, reforçando suas instituições, valores, discurso, imagem, e revigorizando seus ritos. Silvano Elvídio Carneiro da Cunha foi Oficial do Mérito Agrícola e da Legião de Honra da França. Comendador da Imperial Ordem da Rosa e da de Cristo, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e Barão¹⁰⁰.

Durante a administração da Parahyba do Norte, Silvano Elvídio Carneiro da Cunha enfrentou a revolta popular Quebra Quilos. Identificando motivações políticas e reagindo de forma enérgica à revolta, foi a partir dessa contribuição ao Estado que recebeu em reconhecimento do governo monárquico a Comenda da Imperial Ordem Da Rosa¹⁰¹, passando a ser chamado de comendador, até ser agraciado com o baronato.

Quando a passagem do Imperador D. Pedro II pela Parahyba do Norte, em dezembro de 1859, Silvio Elvídio Carneiro da Cunha, não se omitiu em fazer o papel de domínio que a família exercia sobre a província, marcando presença no baile do dia 29 de dezembro, oferecido ao monarca, confraternizando com a Imperatriz, D. Teresa Cristina, como foi registrada em nota no jorna A Imprensa:

Tiveram a honra de dançar com Sua Majestade o Imperador as consortes do Presidente da Província, do Senador Frederico de Almeida e Albuquerque e do Dr. Antônio de Souza Carvalho. Com Sua Majestade a Imperatriz dançaram o Ministro do império, o Presidente da Província, e o Senador Frederico Almeida Albuquerque. Tiveram a honra de ser vis a vis de Sua

⁹⁹ MARIANO, Serioja. *Gente opulente e de boa linhagem; família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. Recife, 2005. Tese (doutorado em história). Centro de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

¹⁰⁰ Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCXXVIII. p. 25.

¹⁰¹ PALMEIRA, Balila. *Barão do Abiahy, sua vida, sua prole, seus descendentes*. João Pessoa, 1986. p. 37.

Majestade o Dr. Vitorino R. T. Barreto com a consorte do Senador Frederico, o Chefe da Polícia com a consorte do Dr. Francisco Antônio da Vila oliveira, e o Dr. Francisco de Assis Pereira Rocha com sua filha, D. Maria. E vis a vis com Sua Majestade a Imperatriz o Dr. Francisco Alves de Souza Carvalho com a senhora Eugênia e filha do Dr. Felizardo Toscano de Brito, o Dr. Silvino Elvídio Carneiro da Cunha com sua cunhada, a Sr. D. Leonarda, o Dr. José da Costa Machado com a consorte de Francisco de S. da Silva Retumba. (ALMEIDA, 1975, p. 105).

Manteve intensa relação com os jornais, escrevendo para o periódico *A Imprensa*. Com o fim de *A Imprensa*, fundou, junto com outros membros de Partido Conservador o *Jornal da Paraíba*, órgão da agremiação política. Como jornalista “[...] destacou-se como figura brilhante, em artigos, desagrvos, polémicas¹⁰². ”

O título de Barão do Abiahy só foi decretado pela Princesa Regente Isabel em 8 de agosto de 1888¹⁰³, já nos últimos suspiros da monarquia no Brasil. Com o título de nobreza, membro de uma família tradicional, expoente do Partido Conservador e político de um seletto grupo de funcionalismo público, se dispôs a resistência junto a monarquia e a manutenção estrutura política em que está inserido. Em *História Republicana na Paraíba*, Apolônio Nóbrega transcreve carta, datada de 24 de agosto de 1888, portanto, a poucos dias de seu agraciamento, solicitando Título e Comendas para correligionários do Partido Conservador, salientando dedicação e intransigência por porte dos indicados junto ao partido.

Lista de pedidos – Barões: de MASSANGANA, major José Lins Cavalcante de Albuquerque, o mais rico proprietário da comarca de Pilar, senhor de engenho Massangana e Paciência, atual delegado da polícia e conservador muito delicado; de ITAPUÁ, major Ursulino Cavalcante do Rêgo Vasconcelos, o mais abastado proprietário de Pedras de Fogo, atualmente delegado da polícia do termo, conservador intransigente e com influência real na localidade. [...]. (NÓBREGA, 1950, p. 59).

Com o advento da República, o Barão do Abiahy viu-se em meio a uma nova ordem política no país, e uma reorganizações de forças políticas também na Parahyba. Antes o senhor todo poderoso do Partido Conservador, observa emergir um novo comando na agremiação, na figura de Epitácio Pessoa, com quem peleja nos jornais locais, travando um duelo sobre o prestígio do governo republicano de Venâncio Neiva, de onde saiu derrotado, conhecido os resultados da eleição de 1890¹⁰⁴.

¹⁰² PALMEIRA, Balila. Barão do Abiahy, sua vida, sua prole, seus descendentes. João Pessoa, 1986. p. 35.

¹⁰³ MOYA, Salvador. Anuário genealógico brasileiro. Ano I. São Paulo: Empresa Gráfica da Revista dos Tribunais, 1939. p. 30.

¹⁰⁴ Ver: GOMES, Iordan. **O estado da Parahyba e a representação da república: Epitácio Pessoa e a (re)afirmação da tradição familiar á época do governo de Venâncio Neiva (1889-1891)**. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org>. Acesso em: 20/11/2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A carta escrita pelo Barão do Abiahy, para o Ministro do Império João Alfredo, solicitando graças honoríficas e título de baronato, pode ser entendida como um indício de como o governo imperial utilizou do direito de agraciar títulos de nobreza em troca de apoio políticos, e quais atributos que os agraciados deveriam ter para serem nobilitados.

É destacado pelo Barão do Abiahy que o primeiro indicado a ser Barão de Massagana, é “o mais rico da comarca de Pilar” e destaca as propriedades “engenho Massangana e Paciência”. O segundo recomendado, que ostentaria o título de nobreza como Barão de Itapuá era “o mais abastado proprietário de Pedras de Fogo”. Ser rico e abastado são características comuns aos quatro barões paraibanos no Império do Brasil.

Outro aspecto em comum com os apontados a integrarem a nobreza paraibana, e os Barões titulados da província, é a ordem jurídica ou militar. Ambos eram major e delegados, assim como o Barão do Abiahy. O Barão de Mamanguape tinha formação em direito, enquanto o Barão de Marau foi comandante da Guarda Nacional e o Barão de Araruna foi coronel da mesma corporação.

A adesão política ao Partido Conservador: um é “conservador muito dedicado”, o outro “conservador intransigente e com influência real na localidade”. Todos os quatro Barões paraibanos receberam seus títulos sendo pertencente ao Partido Conservador, e quando o mesmo partido chefiava o Gabinete do Império. Podemos compreender a partir dessa constatação, uma maior identificação do partido e de seus componentes com a monarquia, mais suscetíveis a aspirar os títulos nobiliárquicos e candidatos mais meritórios de recebe-los.

Também comum ao Barão de Mamanguape (Flávio Clementino da Silva Freire), ao Barão de Marau (José Teixeira de Vasconcelos), ao Barão de Araruna (Estêvão Jose da Rocha), e ao Barão do Abiahy (Silvino Elvídio Carneiro da Cunha), com os dois assinalados, pelo último Barão, para receberam o igualmente título de nobreza, José Lins Cavalcante de Vasconcelos e Ursulino Cavalcante do Rêgo Vasconcelos, são os sobrenomes poderosos, evocando o poder das famílias tradicionais da província, para que nelas sejam agregados um brasão de arma e uma coroa.

BETWEEN HONORS AND TITLE: NORTH PARAHYBA BARONS IN THE
EMPIRE OF BRAZIL

ABSTRACT

The nobility was a social order which, by dramatizing its gestures and displaying luxury, was intended to dictate customs, to define rules, to condemn or affirm behavior. In this way, he sought to differentiate himself from other social groups. Upon arriving in Brazil, D. João VI had to add to his court, transferred to the tropics, new elements. To co-opt political support, he used the expedient of bestowing with titles of nobility those who possessed economic and political power. Strategy maintained by D. Pedro I and D. Pedro II. Inserted in this logic, we have biographical reports of the Barrances of Mamanguape, Maruá, Araruna and Abiahy, linked to the province of Parahyba do Norte, to understand these aspects of the logic of titration and some elements of power relations in the Paraíba of the nineteenth century.

Key Words: Word 1: Baron. Word: Empire. Word 3: Nobility.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Maurilio Augusto de. *Presença de d. Pedro II na Paraíba*. Mousinho Artefato de papel, Recife, 1975.
- ALMEIDA, Maurílio. *O barão de Araruna e sua prole*. João Pessoa: A União Cia. Editora, 1978.
- BORGES, Vavy. Grandezas e misérias da biografia. In: PINSKY, Carla. (Org.). *Fontes históricas*. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.
- BLAKE, Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1893.
- CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro das sombras: a política imperial*. 4º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- DUBY, Georges. *Guilherme Marechal: ou o melhor cavaleiro do mundo*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.
- FAORO, Raymundo. *Os donos do poder: a formação do patronato político brasileiro*. Globo, ed., 2001.
- FREIRE, Carmen. *Visões e Sombras*. Rio de Janeiro, 1897.
- GOMES, Laurentino. *1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso, e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Brasil e Portugal*. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.
- GOMES, Iordan. *O estado da Parahyba e a representação da república: Epitácio Pessoa e a (re)afirmação da tradição familiar á época do governo de Venâncio Neiva (1889-1891)*. Brasília, 2017. Disponível em: <https://www.snh2017.anpuh.org>. Acesso em: 20/11/2018.
- HILL, Christopher. *O eleito de Deus*. São Paulo: Companhia das letras, 2001.
- PRIORI, Mary. VENANCIO, Renato. *Uma breve história do Brasil*. São Paulo: Editora Planeta, 2010.

LE GOFF, Jacques. *São Luís*. Rio de Janeiro: Record, 1999.

LIGHT, Kenneth. *A viagem marítima da família real: a transferência da corte portuguesa para o Brasil*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, ed., 2008.

MARIANO, Serioja. *Gente opulente e de boa linhagem; família, política e relações de poder na Paraíba (1817-1824)*. Recife, 2005. Tese (doutorado em história). Centro de filosofia e ciências humanas da Universidade Federal de Pernambuco, 2005.

MOYA, Salvador. *Anuário genealógico brasileiro*. Ano III. São Paulo: Publicações do Instituto Genealógico Brasileiro, 1941.

NEVES, Lúcia. Estado e política na independência. In: SALLES, Ricardo. Grinberg, Keila. (org.). *O Brasil Imperial: Vol. I 1808-1831*. Rio de Janeiro: civilização Brasileira, 2009.

OLIVEIRA, Marina Garcia de. *Entre nobres lusitanos e titulados brasileiros: práticas, políticas e significados dos títulos nobiliárquicos entre o período joanino e o alvorecer do Segundo Reinado*, 2013. Dissertação (Mestrado em História Social) Universidade de São Paulo. 2013.

OLIVEIRA, Jéssica Manfrin de. *Entre “grandes” e titulares: os padrões de nomeação do Segundo Reinado*, 2016. Dissertação (mestrado em História Social) - Universidade de São Paulo, 2016

PALMEIRA, Balila. *Barão do Abiahy, sua vida, sua prole, seus descendentes*. João Pessoa, 1986.

RAMOS, Adalto. *Testamento do barão e da baronesa de Marauí*. João Pessoa: Copiadora Espaço PB Cópias, 2009.

SCHUMAHER, Maria. BRAZIL, Erico. *Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade*. Biográfico e ilustrado. 2. Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

SOUSA, Pinto de. *Memórias de viagem de SS. Majestades imperiais as províncias da Bahia, Pernambuco, Parahiba, Alagoas, Sergipe e Espirito Santos*. Rio de Janeiro: Pinto de Sousa, 1861.

SANTANA, Flávio Carreiro de. *Majestosa educação: família e civilidade no Segundo Reinado do Brasil (1840-1889)*. Coimbra, 2014. Tese (Doutorado em história). Universidade de Coimbra, 2014.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: companhia das Letras, 1998.

TÔRRES, João Camilo de Oliveira. *A democracia coroada: teoria política do império do Brasil*. 2. Ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes Limitada, 1964.

Barão de VASCONCELOS e barão SMITH de VASCONCELOS, *Archivo Nobiliachico Brasileiro*. Lausanne (Suisse): Imprimerie la Concorde, MLCCCCXVIII, 1918.

ANAIS do senado. Disponível em:
<https://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/asp/IP_AnaisImperio.asp